

MUNICÍPIO DO BARREIRO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 21/2015

Reunião ordinária da Assembleia Municipal Realizada em 27 de abril de 2015

MOÇÃO

TRANSPORTES PÚBLICOS COMO GARANTE DE COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL E DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES

Nos últimos cinco anos o país e em especial a Área Metropolitana de Lisboa sofreram com as sucessivas políticas centrais que visam a degradação da qualidade e fiabilidade da oferta de transportes públicos. Quem governa e tutela a área tudo fez para criar condições para privatizar o sector.

O novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, recentemente proposto pelo governo, com a justificação da necessidade de "actualizar" e "adequar" os diversos instrumentos legislativos nacionais, não é mais do que a responsabilização das autarquias pelo serviço público e pelo seu financiamento, promovendo a desresponsabilização da administração central e a proliferação de centenas de autoridades de transportes pelo país.

A par desta alteração tremendamente desestruturante, estiveram os aumentos brutais, redução da oferta, e retirada de direitos aos trabalhadores do sector foram opções que levaram a uma situação onde o único objectivo é a privatização ou concessão dos transportes. Como é óbvio, embebido do objectivo que caracteriza o sector privado, ou seja, ganhar o mais possível prestando o serviço mínimo. LUCRO é o objectivo final.

Fazendo o caminho nesta obsessão desenfreada de melhor preparar as empresas para a privatização, esquecendo o interesse maior que é a mobilidade das populações como motor de desenvolvimento do país, a nova administração comum à Carris, Metro, Soflusa e Transtejo, anunciou a venda de sete embarcações das duas empresas de transporte fluvial, pondo naturalmente em causa o normal e regular funcionamento das ligações. Não sendo possível fazer omeletas sem ovos é certo que a venda anunciada destas sete embarcações irá comprometer a actual regularidade das carreiras, acentuando a degradação que se vem verificando.

É necessário lutar contra a ofensiva de destruição deste tão importante sector.

O sector público de transportes é determinante no desenvolvimento do nosso país.



MUNICÍPIO DO BARREIRO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro reunida a 27 de Abril de 2015 delibera:

- Discordar da Proposta de Lei nº 287/XII apresentada pelo Governo sobre o "Regime Jurídico do Serviço de Transporte de Passageiros", na medida em que tal proposta, a ser aprovada, para além de não responder aos problemas existentes, viria a fazer rebater sobre os utentes e populações a desresponsabilização do Estado com o financiamento do sistema, com novas taxas e aumentos de preços e tarifas;
- Exigir que o Governo trave o processo de reestruturação em curso nas várias empresas do sector e das privatizações aí incluídas;
- Exigir que o Governo cancele, de imediato, os concursos para subconcessão da Carris e do Metro de Lisboa, bem como os que estão em preparação para a Transtejo e Soflusa;
- Exigir que o Governo suspenda, de imediato, a venda das sete embarcações da Soflusa e da Transtejo;
- Exigir que o Governo apoie as empresas de transporte de gestão pública, à semelhança dos apoios dados às privadas;
- Sendo um sector determinante e motor de desenvolvimento da área metropolitana e do país, exigir que se mantenha no sector público que deve ser apetrechado dos meios financeiros necessários ao cumprimento do serviço público desempenhado.

Aprovado por maioria, com 28 votos a favor da CDU, do PS, do BE e do MCI e 2 votos contra do PSD.

Barreiro, 14 de maio de 2015

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico Pereira